

Acolhimento estudantil e formação humana integral: dos documentos reguladores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins à voz do discente

Student welcome and integral human formation: from the regulatory documents of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Tocantins to the voice of the student

Recebido: 17/10/2023 | **Revisado:** 18/06/2024 | **Aceito:** 04/07/2024 | **Publicado:** 07/09/2025

Jacqueline Pilger Effgen
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9167-2544>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
E-mail: jacqueline.effgen@estudante.ifto.edu.br

Rivadavia Porto Cavalcante
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6568-7910>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
E-mail: riva@ifto.edu.br

Marcelo Rythowem
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5819-3800>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
E-mail: marcelo@ifto.edu.br

Sthefan Bravin Ponche
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3172-1786>
Universidade Federal do Tocantins
E-mail: sthefan.bravin@gmail.com

Como citar: EFFGEN, J. P.; CAVALCANTE, R. P.; RYTHOWEM, M.; PONCHE, S. B. Acolhimento estudantil e formação humana integral: dos documentos reguladores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins à voz do discente. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 03, n. 25, p.1-19 e16286, set. 2025. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este artigo é o recorte de um estudo realizado no ensino médio integrado em um *Campus* do Instituto Federal do Tocantins. Seus objetivos centraram-se na investigação e análise de como a ação de acolhimento e integração dos estudantes está representada nos documentos institucionais e a percepção dos estudantes sobre a proposta de acolhimento em uma experimentação pedagógica. Possui fundamento em estudiosos filiados à concepção histórico-cultural e histórico-crítica e à pedagogia do acolhimento estudantil. A abordagem foi qualitativa exploratória, com análise bibliográfica e documental e realização de roda de conversa com estudantes. O resultado evidenciou a necessidade em revisar a política da instituição pesquisada, quanto às práticas de acolhimento.

Palavras-chave: Acolhimento e integração estudantil; Ensino Médio Integrado; Formação Integral.

Abstract

This article is an excerpt from a study carried out in high school integrated into a Campus of the Federal Institute of Tocantins. Its objectives focused on the investigation and analysis of how the action of welcoming and integrating students is represented in institutional documents and the students' perception of the welcoming proposal in a pedagogical experiment. It was based on scholars affiliated with the historical-cultural and historical-critical conception and the pedagogy of student reception. The approach was qualitative and exploratory, with bibliographic and documentary analysis and conversation circles with students. The result highlighted the need to review the policy of the researched institution regarding reception practices.

Keywords: Student Reception and Integration; Integrated Secondary Education; Comprehensive Training.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um estudo realizado em torno da ação educativa de acolhimento de estudantes ingressantes em um *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO. A motivação para a realização do estudo dá-se ao fato de que, atualmente, tem-se vivido tempos de movimentos de implementação da reforma do ensino médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) e norteadas pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018), que prescrevem ações e conteúdos que devem constar no planejamento da política educacional e da organização curricular que orientam a prática pedagógica do sistema de ensino em todas as regionalidades do país.

No entanto, não se pode perder de vista que o sucesso de uma reforma educacional precisa também caminhar na direção do sucesso do público estudantil. Isso porque, não basta apenas a existência do planejamento de ações educativas e o redimensionamento dos conteúdos, competências e habilidades na prática de ensino, sem considerar igualmente a revisão e/ou a atualização da política de acolhimento e integração dos estudantes.

Segundo estudiosos da pedagogia da integração estudantil, o acolhimento é o espaço e a nascente dos vínculos e dos relacionamentos que o estudante precisa construir para a sua permanência e prosseguimento escolar (Scorsolini-Comin; Gabriel, 2019; Jost, 2019). Essa ação educativa, nem sempre ocorre nas escolas, em virtude de que o acolhimento ainda é entendido apenas como um momento de apresentação da instituição ou do programa de disciplinas, desprovido de atividades de motivação, orientação e acompanhamento do discente ao longo da jornada acadêmica na instituição de ensino. Consequentemente, essa concepção de acolhimento impede o seu entusiasmo e/ou a sensação de se ver como ser social participativo do contexto escolar, gerando a desmotivação ou abandono dos estudos.

Diante desse contexto de reforma educacional, torna-se oportuno e necessário pesquisar e compreender: Como o acolhimento do estudante do ensino médio integrado está representado em documentos de planejamento e organização educacional do IFTO? Como os estudantes ingressantes nesta instituição percebem uma proposta de acolhimento estudantil?

Para dar respostas a estes questionamentos do estudo, os seguintes objetivos de pesquisa delimitaram o percurso investigativo: (i) analisar se as ações educativas constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI-2020-2024 (IFTO, 2019) e do Regulamento de Organização Didático-Pedagógica-ODP (IFTO, 2015) daquela instituição estão alinhadas com uma política de formação humana integral com mensuração de caminhos, proposituras, ações e planejamento de acolhimento estudantil. (ii) descrever a percepção de estudantes ingressantes sobre uma proposta de acolhimento local.

O estudo materializado neste artigo se justifica na medida em que toma como o objeto de estudo a política de acolhimento educacional. Considerando que a escola precisa ser vista cada vez mais como espaço social que oportuniza os estudantes a serem “[...] reconhecidos como jovens, na sua diversidade, um momento privilegiado de construção de identidades, de projetos de vida, de experimentação e aprendizagem da autonomia” (Dayrell, 2007, p. 1125).

Em um levantamento bibliográfico de literaturas teóricas e metodológicas sobre acolhimento e formação humana, observou-se que a temática em questão tem sido explorada com frequência no contexto da educação infantil, bem como na área da saúde e do serviço social, em um viés de acolhimento institucional. No entanto, no que concerne ao acolhimento no campo da Educação Profissional e Tecnológica-EPT, evidenciou-se carência de mais estudos e de mais pesquisas que problematizam a temática, apontando caminhos para intervenção pedagógica centrada na compreensão da política educacional local e as reais necessidades dos estudantes.

Com auxílio do portal de buscas da Capes com a palavra-chave: “práticas de acolhimento estudantil no ensino médio integrado”, contemplando o período de 2017 a 2023, foram encontrados alguns artigos que abordam a temática. Dentre esses, o *Acolhimento e pertencimento estudantil no ensino médio integrado* (Dias; Braz Ferreira Gontijo; Matias, 2022); *Ingresso de jovens no ensino médio integrado: experiências de acolhimento* (Jost; Ravasio, 2020); *Adoecimento mental na Educação Profissional e Tecnológica: o que pensam os estudantes concluintes de cursos técnico integrados* (Pacheco; Nonenmacher; Cambraia, 2020); *Práticas pedagógicas de acolhimento e inclusão: a perspectiva da pedagogia crítica* (Santoro Franco, 2017); *O Ensino Médio Integrado no Instituto Federal Catarinense - Campus Ibirama: oportunidades e dificuldades na percepção de discentes ingressantes* (Gonçalves; Cesaro, 2020).

No entanto, observou-se que nenhum desses trabalhos analisou a função do acolhimento estudantil na política de planejamento e organização educacional local. Também não analisou as percepções de estudantes ingressantes sobre proposta de acolhimento e integração estudantil.

Diante do exposto, o objetivo maior deste artigo é contribuir com a discussão e reflexão sobre a relevância de se pensar o acolhimento estudantil como prática pedagógica efetiva, com vistas ao sucesso da integração e permanência do estudante dentro do processo educativo e formativo, como ação de uma política educacional permanente incorporada ao planejamento educacional da instituição escolar.

2 ACOLHIMENTO NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E UNITÁRIA

Este estudo busca fundamentação em um modelo de acolhimento centrado na perspectiva de formação humana integral e unitária, direcionada para uma concepção pedagógica que leva em consideração uma formação: solidária, emancipatória e dialógica. De acordo com Gramsci (1977) a escola unitária deve formar o jovem como cidadão pleno para refletir, indagar, estudar, conduzir ou controlar quem dirige. Ou seja, uma educação integral voltada para o desenvolvimento dos saberes e das capacidades de agir, pensar e mover-se no mundo.

Nesta perspectiva, entendemos que acolher exige cuidado, atenção, empatia com o outro. Segundo Boff (2002), cuidar é mais que um ato, é uma atitude de preocupação, de responsabilidade e de envolvimento afetivo. Seguindo na mesma linha, Wallon (1986) considera a dimensão socioafetiva fundamental para efetivação da aprendizagem, uma vez que esta dimensão interfere diretamente na coesão dos sentimentos, atitudes e reações. Por sua vez, Leite e Tassoni (2020) afirmam que a

afetividade é de extrema importância nas interações sociais e que intervém nos processos de ensino e aprendizagem. Podemos afirmar, então, que os jovens precisam ter voz, e serem ouvidos nestes espaços, uma vez que, na ótica da formação humana e integral, são seres complexos, constituídos, em sua existência subjetiva, de emoções, sentimentos e opiniões.

Nessa esteira de reflexão, a prática de acolhida e de envolvimento caracterizada pelos fatores acima descritos, pode auxiliar para uma relação pedagógica na EPT em consonância com a proposta de Gramsci (2001). Isto é, contribuindo para a inserção cidadã no mundo do trabalho e para uma vida em sociedade de modo emancipado. “A escola unitária [...] deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa” (Gramsci, 2001, p. 36).

Assim, a EPT deve ser orientada para o desenvolvimento humano integral, focada nos aspectos físicos, intelectuais, sociais e emocionais. De acordo com Ciavatta (2014), a formação integrada abrange as dimensões estruturantes da vida: trabalho, ciência e cultura, na sua integralidade, com foco na formação de um sujeito crítico. Acrescenta Ciavatta (2022) que a formação humana deve desenvolver também empatia, civilidade, cooperação e sociabilidade para o bem comum. No mesmo contexto, Saviani (2022) afirma que a formação educacional deve estar voltada para uma cultura de base humanista, abrangendo a filosofia, a literatura, as artes e as ciências humanas.

Nesse sentido, entende-se que as instituições de EPT devem buscar uma formação que ultrapasse os muros da escola e tenha como pressuposto a emancipação pessoal e intelectual, promovendo interações entre seus pares em uma perspectiva que promova a capacidade de agir de forma autônoma e solidária. Nesse viés, em diálogo com esses pressupostos, nos princípios educativos de Paulo Freire (1997), as bases teórico-práticas de um currículo fundamentado na pedagogia crítica em que o discente não seja somente um depósito de informações de conteúdos fragmentados, superando a tradição e prática, ainda vigente em nossas instituições, da educação bancária, o estudante precisa estar apto a se posicionar e refletir criticamente sobre a realidade histórica, política e social, com embasamento científico e técnico, através da práxis pedagógica pois, como nos provoca Paulo Freire (1997, p. 38), “[...] a práxis, porém, é reflexão e ações dos homens sobre o mundo para transformá-los. Sem ela é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”. Neste propósito, compreende-se que superar essa condição de opressor-oprimido, parte do princípio da responsabilidade coletiva de progredir na solidificação de espaços de uma sociedade mais justa de forma que o oprimido combata e lute para a superação das práticas pedagógicas alienantes e seja capaz de se fazer autor de seu processo de tomada de decisões.

Os processos educativos demandam um desenvolvimento global, abrangendo as várias dimensões que caracterizam o ser humano: afetivo, sócio-cultural, perceptual, espontâneo, racional, entre outros. No âmbito do conhecimento integrado devemos educar segundo uma concepção de universalidade, para a abertura de novas experiências e para a autenticidade, respeitando os diversos pontos de partida de cada educando. Ramos (2010) destaca que não podemos descartar o fato dos educandos ter uma vida, uma história e uma cultura, de modo que a educação

básica esteja entrelaçada à prática social por meio das dimensões fundamentais da vida, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Pensar e agir de acordo com o que preconiza Ramos é acolher na integralidade o estudante.

Destarte, quando a formação humana integral acontece de fato na escola, oportuniza a vivência de práticas mais solidárias que levam em consideração as especificidades dos estudantes. Além de conhecimentos e práticas que ultrapassam o muro da escola, carregados de cultura, de arte, de ciência e tecnologia. Kuenzer aponta que a educação escolar deve promover

[...] o desenvolvimento articulado de conhecimentos, emoções, atitudes e utopia, unificando razão, mãos e sentimentos na perspectiva da omnilateralidade, ou seja, do desenvolvimento humano em sua integralidade em substituição a unilateralidade objetivada pelo taylorismo-fordismo (Kuenzer, 2002, p. 58).

Ante ao exposto, é necessário que as instituições de EPT criem estratégias, mecanismos de apoio acadêmico e social dos estudantes, a fim de auxiliar nos processos de ensino e de aprendizagem, proporcionando uma formação plena, integral e uma convivência saudável. De modo que a escola seja um ambiente interessante, agradável, acolhedor e promotor de relações afetivas que, além da formação intelectual, favoreçam o desenvolvimento e o bem-estar do educando.

3 ACOLHIMENTO ESTUDANTIL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Em tempo de reforma do ensino médio, tal como posto na Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) e na BNCC (Brasil, 2018), urge pensar e planejar propostas de acolhimento do estudante para fins de orientações acerca do real papel da escola em sua formação para a vida e para o mundo do trabalho, não totalmente contemplado dentro do movimento reformista em andamento. Segundo Kuenzer (2017), a pedagogia capitalista tem controle direto das decisões que são tomadas dentro da educação, controlando o currículo para a formação do filho de trabalhadores centrada na alienação do estudante aos ditames neoliberais, em que a base do saber estratégico pertence ao filho de famílias da elite.

Nessa mesma direção, a pedagogia gramsciana traz contribuições importantes para se pensar uma proposta de acolhimento estudantil. Pautada na conscientização da importância do papel social que o estudante do ensino médio exerce em sociedade afetada pela força predatória do capitalismo severo de nossos dias. Isso porque, é preciso que a escola também forme os seus intelectuais orgânicos (Gramsci, 2001). Nesse sentido, o acolhimento estudantil é um campo de oportunidade para que se trabalhe, para além da descrição de normas e diretrizes da escola, por isso a importância de se compreender que a união entre a escola e a vida do estudante é o que o confere valor ao processo de ensino-aprendizagem.

Assim, enquanto política institucional dentro do ensino médio da EPT, a ação de acolhimento estudantil se mostra um grande passo para a criação de vínculos entre os alunos e a escola. Ademais, construção de identidades ao se reconhecerem como

agentes de transformação social, construtores do futuro de suas vidas e da sociedade em que estão inseridos.

Em *Pedagogia da autonomia*, Freire (1997) também nos chama atenção para o fato de que as escolas e seus educadores estejam verdadeiramente preparados para educar. Para tanto, é preciso que os educadores criem possibilidades para o acolhimento e a integração do aluno, para que este se sinta parte do processo educativo-formativo. A instituição educadora deve se adequar ao estudante e não este àquela organização. O aporte freiriano subsidia a compreensão de que o acolhimento do aluno precisa ir além da mera recepção deste. Mas precisa estar assentada na prática educativa, em que todos os educadores e os educandos são parte de um mesmo ambiente de construção do conhecimento, de valores, de atitudes, comportamentos, ética, empatia e reconhecimento das diferenças de saber entre o educador e o educando.

Com isso, infere-se que o acolhimento do estudante ao longo de todo o período escolar, a empatia, a convivência saudável, o respeito, a hospitalidade, a escuta atenta e a promoção do diálogo são elementos indispensáveis para um ambiente saudável, o que, conseqüentemente, possibilita uma formação mais completa do ser social (Gadotti, 2000; Jost, 2019).

No que concerne à travessia dos discentes da educação fundamental para os cursos técnicos integrados ao ensino médio, é notadamente marcada por profundas mudanças e desafios, tanto na organização curricular quanto nos aspectos de ensino e aprendizagem (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005; Ramos, 2010; Kuenzer, 2017). Tal travessia para o ensino médio se caracteriza em um momento de desafios e de grandes mudanças que demandam da equipe multiprofissional da escola uma ação educativa de inclusão e integração do aluno dentro da rotina do processo formativo. Requer dos educadores a ênfase nos aspectos humanizadores, levando em consideração o estudante como um ser social que carrega consigo histórias, necessidades e conhecimentos prévios.

Em face do exposto, Jost (2019) destaca sobre a necessidade de se levar em consideração os jovens ingressantes nesta organização sócio-educacional. Isso porque, cada estudante carrega consigo diferentes leituras e interpretações de mundo que refletem diretamente sobre sua permanência ou abandono escolar (Freire, 1997). Carrega, igualmente, necessidades, condições e situações de vida, sejam de vulnerabilidade econômica, social, emocional, sejam de traumas, histórias ou situações desfavoráveis, com impactos diretos sobre o processo ensino-aprendizado.

É exatamente nessa direção que cabe aos educadores a criação de possibilidades, ao modo freiriano do termo, em torno de ação educativa de escuta ativa com vista a amparar e desenvolver políticas de assistência estudantil e apoio pedagógico e socioemocional ao público estudantil. Principalmente no que se refere à criação de possibilidade de acesso e espaços de convivência das diversidades e singularidades.

Nessa perspectiva, o aporte de Pacheco (2011) se mostra bastante pertinente para se avançar em ação educativa do acolhimento do estudante considerando suas múltiplas dimensões, apontando dois aspectos importantes que vão ao encontro dos princípios e ideais de educação para Gramsci: educação humanista e emancipadora. Conforme Gramsci (2001, p. 32), a escola humanista visa desenvolver a “[...] cultura geral o poder fundamental de pensar e de saber, orientando-se na vida”. Nesta

mesma linha de pensamento, o aporte de Reis (2000) coaduna com o exposto, afirmando que a constituição do ser humano precisa estar assentada no “amor- poder-saber”.

É, pois, através das relações sociais que o ser humano aprende, se desenvolve e se permite compreender e viver suas histórias. Vygotsky (2008) afirma que o desenvolvimento humano se baseia na interação entre indivíduos e o meio social, contribuindo para o desenvolvimento integral e para crescimento de um sujeito autônomo, crítico, afetivo, solidário e visionário.

Assim, depreende-se que os jovens estabelecem relações sociais frequentemente, interagem, dialogam, aprendem a conviver e se relacionar; e a escola, por conseguinte, precisa favorecer esses espaços de acolhimento, de diálogo, de formação humana e de escuta. O compromisso social da escola deve estar pautado no empoderamento dos estudantes, de forma que eles se sintam pertencentes ao ambiente escolar e acolhidos em suas necessidades e assim formar estudantes preparados e fortalecidos para se posicionarem como agentes de transformação social.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi de natureza básica, com objetivo exploratório, fundamentado na abordagem qualitativa, em torno da geração de dados que nos possibilitassem maior aprofundamento e familiaridade com o tema e com as ações do acolhimento e integração estudantil no contexto do ensino médio integrado da instituição de EPT pesquisada.

O estudo foi também descritivo, uma vez que objetivou a identificação e descrição das ações educativas do acolhimento prefiguradas em documentos de planejamento institucional e de orientação pedagógica, além da descrição interpretativa da percepção de estudantes sobre proposta de acolhimento local. A vantagem desse conjunto metodológico, segundo Gil (2002) e Prodanov e Freitas (2013), é que essa abordagem possibilita proceder análises sob diferentes ângulos.

No que tange ao procedimento técnico da pesquisa, a primeira etapa iniciou com a pesquisa bibliográfica de referenciais teóricos em convergência com a temática do estudo. Em Fonseca (2002, p. 32) tem-se que a “[...] pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas”. Para os fins desta pesquisa, mobilizamos igualmente os referenciais constantes dos periódicos disponibilizados em meios acadêmicos digitais.

Dentre esses referenciais revisou-se os princípios teóricos/epistemológicos da educação humana integral e unitária e currículo integrado, com base nas obras de Gramsci (1977; 2001), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Pacheco (2011) e Ramos (2010), buscando aproximações dessas com as teorizações da pedagogia do acolhimento estudantil na obra de Gadotti (2000), Scorsolini-Comin e Gabriel (2019) e Jost (2019), entre outros.

Na segunda etapa do estudo procedeu-se o levantamento e a organização do corpo textual institucional de análise constituído pelo PDI-2020-2024 (IFTO, 2019) e

a ODP (IFTO, 2015) do IFTO. A opção por esses documentos é que eles norteiam e regulam o sistema educacional da instituição em seus aspectos pedagógicos e administrativos. Sendo assim, são os alicerces legais de orientação que fortalecem o fazer pedagógico e a melhoria na qualidade do ensino. A análise desse corpo textual corroborou e ratificou a pesquisa bibliográfica, isso porque a pesquisa documental possibilita o melhor entendimento de escritos oficiais (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

A terceira etapa deste trabalho ocorreu mediante a pesquisa de campo, com 38 alunos ingressantes no ensino médio integrado, em uma roda de conversa, dentro de uma experimentação de proposta de acolhimento e integração estudantil, realizada na semana inicial do ano letivo de 2023, de um *campus* do IFTO. Seus relatos foram gravados e posteriormente transcritos, gerando um corpo textual verbal de análise da percepção dos estudantes sobre o acolhimento naquele contexto de ensino médio.

No que tange ao procedimento analítico de dados, os dois corpos textuais (documentos institucionais e relatos discentes), gerados na pesquisa, foram objeto de análise. A técnica de análise de conteúdo temático, proposta em Bardin (2016), subsidiou três momentos de abordagem na sistematização dos dados de texto/discurso institucional e de texto/discurso oriundos da percepção e representação de mundo de estudantes, com vistas a responder às perguntas de pesquisa e aos objetivos deste estudo. Os três momentos foram: (i) a pré-análise com a transcrição, organização e a leitura flutuante dos referidos corpos textuais e a escolha das unidades enunciativas que melhor respondessem aos objetivos do estudo; (ii) codificação e categorização, com vista a formulação das unidades de registro; e (iii) inferências, compreensão e interpretação dos resultados em forma de síntese no Quadro 1 e Quadro 2, constantes do resultado e discussão na seção a seguir.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o propósito de responder aos questionamentos e aos objetivos do estudo, elencados na parte introdutória deste artigo, primeiramente, discute-se o resultado obtido com análise do PDI e da ODP, com base na amostra de dados constante do Quadro 1. Na sequência, discute-se o resultado da percepção de estudantes sobre proposta de acolhimento com foco na amostra de dados do Quadro 2.

5.1 COMO O ACOLHIMENTO DO ESTUDANTE DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO ESTÁ REPRESENTADO EM DOCUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL DO IFTO?

A amostra de dados extraída da ODP e do PDI está constituída por seis categorias temáticas, denominadas *Ação educativa*, no Quadro 1. Dessas, emergem seis unidades enunciativas de análise codificadas e enumeradas em UE1 a UE6. Tais unidades explicitam o que é priorizado e representado em termos do que deve ser praticado em cada ação educativa prevista no corpo textual da ordem do contexto da

gestão educacional local. E, no discurso dos estudantes, o que é dito e percebido por eles.

A análise das unidades enunciativas encontradas na ODP e no PDI evidenciou que, embora a proposta de educação humana integral esteja contemplada nesses dois documentos, as ações educativas, neles prefiguradas, não estão alinhadas com uma política educacional de acolhimento explícita e permanente.

Tal constatação fica evidente com a total ausência do termo acolhimento na textualidade discursiva da ODP. Ainda que seja um documento orientador da prática pedagógica, não constam nele indícios/enunciados com menção a uma diretriz para a formação humana integral. Nem mesmo procedimentos, atitudes, condutas e práticas de acolhimento na ODP, nos revelando que o procedimento de recepção e integração do estudante não tem representatividade na ação didática-pedagógica da instituição, embora a UE1 faça menção a termos (processo interativo, ser criativo, autônomo, participativo e reflexivo, socialização, iniciativa, responsabilidade, etc.), relacionados aos princípios da educação humana integral e a temas que seriam importantes para uma possibilidade educativa de acolhimento preparativo do discente, ao modo freiriano (Freire, 1997). Notadamente com vista a possibilitar o estudante a se auto avaliar para que continue aprendendo e se desenvolvendo, livre das coerções avaliativas que têm resultado no abandono escolar. No entanto, tais enunciados estão postos dentro de uma concepção de avaliação da aprendizagem como “rendimento escolar”, contradizendo a uma formação integral do ser social (Gramsci, 2001; Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005; Pacheco, 2011; Jost, 2019).

Tendo em vista as disposições da LDB (Brasil, 1996), no § 7, artigo 35-A enfatiza que os currículos do ensino médio devem considerar a formação integral dos sujeitos, abrangendo aspectos cognitivo, físico e socioemocional. Nesse contexto, observa-se que a ODP carece de atualização no que se refere à didática e à pedagogia da formação humana integral, em sintonia com a necessidade e especificidade do estudante ingressante. Isso porque o ensino médio integrado tem por finalidade a formação de pessoas para a vida pessoal, para participação social e atuação no mundo do trabalho (Ramos, 2010; Pacheco; Nonenmacher; Cambraia, (2020); Ciavatta, 2022; Saviani, 2022).

No PDI, o termo acolhimento é tematizado apenas na UE5 da ação educativa 5, com vista ao acolhimento do estudante novato e na UE6 da ação educativa 6 referente à participação do estudante egresso no acolhimento daquele. Desse modo, evidencia-se que, apesar de as UE2, UE3 e UE4 do PDI, sejam passíveis de abertura para atividades de acolhimento, constatou-se a ausência de indícios/enunciados na textualidade desse documento em que fossem mensurados objetivamente caminhos, proposituras, ações e planejamento que abrangessem uma política explícita e permanente do e para o acolhimento do estudante do ensino médio integrado.

O Quadro 1 atesta as assertivas, sintetizando a interpretação da amostra de dados analisados que, após sua disposição abaixo, possibilita continuidade à discussão do resultado.

Quadro 1: Representação do acolhimento estudantil em documento de planejamento educacional e da organização pedagógica

Documento	Ação educativa	Unidade enunciativa-UE de análise
ODP	1 Avaliação do rendimento escolar	1. [...] a (re) construção do conhecimento coerente com a formação integral dos sujeitos, por meio de um processo interativo, considerando o (a) estudante como ser criativo, autônomo, participativo e reflexivo. [...]socialização, iniciativa, criatividade, assiduidade e de participação e responsabilidade com as atividades escolares (IFTO, 2015, p. 22-23).
	2 Pesquisa como princípio pedagógico	2. [...] protagonismo do estudante no seu próprio processo de aprendizagem, capaz, portanto, de levar o protagonismo também nos ambientes de trabalho e em demais ambientes de interação social (IFTO, 2019, p. 67).
PDI 2020-2024	3 Políticas de Assuntos Estudantis	3. [...] inclusão e diversidade, com a finalidade de promover a democratização do acesso à formação integral e de qualidade almejada pelo estudante (IFTO, 2019, p. 79).
	4 Política de Inclusão e Diversidade	4. Fortalecer diálogo e cooperação com a organização estudantil (IFTO, 2019, p. 156).
	5 Iniciativas para a organização estudantil	5. Consolidar as ações de acolhimento aos estudantes novatos (IFTO, 2019, p. 158).
	6 Política de Egressos	6. [...] participação do egresso nas ações de acolhimento de novos estudantes (2019, p. 159).

Fonte: Adaptado de IFTO (2015; 2019).

Considerando que o acolhimento estudantil fomenta habilidades sociais intrinsecamente ligadas à formação humana, abrangendo o aprender a conhecer, conviver e aprender a ser (Jost; Ravasio, 2020), o PDI deveria prefigurar ações de acolhimento como política educativa e formativa em torno do princípio do “[...] aprimoramento da pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (Brasil, 1996, artigo 35, inciso III).

Entre as principais constatações com base no resultado da análise feita sobre a amostra dos dados do Quadro 1 é que, embora a ODP e o PDI sejam documentos com distintos propósitos educacionais, constam neles, ao mesmo tempo, para além

do vazio de uma política do acolhimento estudantil explícita e permanente, um distanciamento entre suas proposições em termos de ações e práticas educativas. O acolhimento estudantil se encontra parcialmente representado no PDI, e ausente na ODP, caracterizando, falta de sintonia na formulação do planejamento educacional e didático pedagógico da instituição.

O resultado da análise documental nos remete à compreensão de que a concretização dos pressupostos da ODP e do PDI dependem de uma atividade educativa fundamentada em uma pedagogia do acolhimento e da integração do estudante, de forma a despertar seu pensamento crítico em torno da aprendizagem de saberes/conhecimentos concernentes à atitudes, valores e percepção de mundo que deveriam ser discutidas e trabalhadas com o estudante antes e durante o processo educativo (Freire, 1997; Gadotti, 2000; Scorsolini-Comin; Gabriel, 2019).

Em uma visão de conjunto do teor temático desses documentos, observou-se que ambos priorizam enunciados que prescrevem a organização educacional, didática e pedagógica, com foco prioritário no processo de ensino e aprendizagem, sem considerar uma didática e uma pedagogia do acolhimento para a integração escolar. Essa lacuna evidencia que o projeto educativo do IFTO deveria contemplar dimensões educativas e formativas mais completas, pois, segundo Veiga (2002, p. 56) qualquer projeto educativo “[...] não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação, que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar”.

Na revisão dessas incongruências, cabe à instituição proceder adequação, considerando as reais necessidades do público estudantil, público este que tem seus direitos garantidos na legislação vigente (Brasil, 1988; 1996; 2013) e que devem ser o ponto de partida para formulação de qualquer ação educativa.

5.2 COMO OS ESTUDANTES INGRESSANTES PERCEBEM UMA PROPOSTA DE ACOLHIMENTO ESTUDANTIL?

Tendo identificado que o acolhimento estudantil ainda não encontrou representatividade como política educativa e prática pedagógica nos documentos norteadores da prática educativa do IFTO, dentro de uma experimentação pedagógica, contemplando essa temática com alunos ingressantes no ensino médio integrado de um *campus* do IFTO, proporcionamos vozes a esses atores sociais de direitos educacionais acerca de suas percepções ao vivenciarem uma prática educativa centrada na pedagogia do acolhimento do estudante durante a primeira semana do ano letivo de 2023.

O Quadro 2 sintetiza uma amostra de quinze unidades enunciativas organizadas em três categorias de percepção dos estudantes (importância, rotina e organização comunicacional) que emergiram de suas narrativas sobre a ação educativa do acolhimento.

Quadro 2: Percepções dos estudantes sobre a proposta de acolhimento

Temática	Percepção	Unidade enunciativa de análise
Percepções sobre acolhimento estudantil	Importância da ação do acolhimento na recepção e socialização local	1. Foi importante para conhecermos melhor a instituição e o trabalho de cada setor, conhecer as normas e regras. 2. Foi fundamental para entendermos como funciona a instituição e achei informações que eu estava procurando durante as férias. 3. Informações fundamentais para nossa vida acadêmica na Instituição, ouvir egressos e pessoas da área de Eventos trouxe uma percepção diferente do que o curso proporciona, me motivou a estudar. 4. Foi importante e contribuiu demais para a turma, até para conhecermos com quem nós iríamos dividir a sala de aula. Então serviu para fazermos amigos obter as informações lentamente. 5. Contribuiu para tirar dúvidas que eu estava durante as férias. 6 Tivemos momentos de conhecer os nossos colegas de sala e enturmar as pessoas mais introvertidas com os demais alunos, facilitou a comunicação. 7. Ajuda pessoas não sociáveis a se soltarem mais, acaba ajudando no diálogo entre a turma. 8. O acolhimento com os novatos nessa primeira semana de aula, foi muito importante para os alunos se sentirem em casa, eu realmente me senti muito acolhido.
	A rotina da ação de acolhimento	9. Estávamos de férias, alguns vieram de escola meio período, o cansaço acaba batendo, pois chegamos e foi uma rotina totalmente nova, mas é apenas uma questão de adaptação. 10. É natural que seja cansativo por ser a primeira semana, mas nada que tenha estagnado a experiência. 11. Achei cansativo, principalmente no primeiro dia.

		12. Cansativo, digo mais pela questão do sono e da adaptação à nova escola. 13. A gente querendo ou não, é bastante cansativo, nós não estamos acostumados com essa rotina.
	A organização comunicacional	14. Poderia melhorar na parte do tour pela instituição 15. Os departamentos deveriam entregar as informações impressas , porque são vários setores e difíceis de decorar.

Fonte: Elaboração própria - Dados gerados na pesquisa (2023).

No que concerne à importância da ação de acolhimento as UE1 a UE8 revelam que estudantes perceberam esse momento educativo bastante positivo para o engajamento e permanência no ensino médio “entendermos como funciona a instituição” (UE2), “me motivou a estudar” (UE3), “serviu para fazermos amizades” (UE4), “ajuda pessoas não sociáveis se soltarem mais” (UE7), “se sentirem em casa” (UE8). Seus relatos revelaram suas inquietações ao ingressarem em um novo contexto escolar, devido ao fato de se sentirem perdidos durante a transição, de nível e modalidade escolar, tendo, que se adaptarem ao contexto de educação profissional integrada ao ensino médio - Ensino Médio Integrado - que, por sua vez, é um novo contexto de aprendizagem e de vivência escolar com novos desafios, o que pode gerar o sentimento de insegurança. Exatamente diante desta circunstância é que a organização educacional da escola deveria proceder um trabalho educativo centrado na empatia, reconhecendo as singularidades e individualidades do estudante ingressante como ponto de partida para uma política do acolhimento e da integração discente (Freire; 1997; Jost, 2019).

No que tange à rotina da ação educativa do acolhimento realizada, constatou-se na percepção dos estudantes um certo estranhamento sobre ação do acolhimento que suscita a inferência de que, em suas trajetórias escolares anteriores, o acolhimento não fez parte das práticas educativas em que estiveram expostos. O termo “cansaço” recorrente na voz dos alunos traduz o acolhimento como “uma rotina totalmente nova, mas é apenas uma questão de adaptação” (UE9), “cansativo por ser a primeira semana” (UE10), “cansativo, no primeiro dia” (UE11) “, questão do sono e da adaptação à nova escola” (UE12) “nós não estamos acostumados com essa rotina” (UE13). Acerca desses dados, temos em Ferreira (2017) que a chegada à porta da escola não significa que os estudantes nela adentram com passos firmes e seguros. Logo, caberia à escola a atualização de sua função social em facilitar o acesso e o acolhimento dos discentes ingressantes.

As UE14 “melhorar na parte do *tour*” e a UE15A “entregar as informações impressas”, “são vários setores e difíceis de decorar”, ratificam o estranhamento do estudante com relação à travessia da educação fundamental para uma instituição de ensino médio integrado à EPT. Isso porque, essa travessia requer o desafio da adaptação aos moldes de uma nova etapa de estudos que depende de uma política

de inclusão e integração do estudante (Ramos, 2010; Pacheco, 2011; Reis, 2000; Kuenzer, 2017; Jost, 2019).

Esses dados nos revelaram a importância da organização da comunicação (Wallon, 1986; Vygotsky, 2008), na ação educativa do acolhimento, como o caminho e instrumento mediador das interações de todos os agentes da instituição escolar, notadamente educadores e estudantes, na e para concretização de qualquer projeto educativo e formativo do acolhimento discente. Deste modo, estabelecer relações afetivas cerceadas de rede de apoio no ambiente escolar, em que pese, intervenções de acolhimento contribuem para uma formação humana ampla e integral. O que, por sua vez, fortalece a relação da escola com a comunidade e o despertar do sentimento no estudante de que sua participação na escola é importante para sua vida, para o seu crescimento intelectual e para a sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada e materializada neste artigo centrou-se no objetivo de compreensão da representatividade do acolhimento estudantil em textos norteadores da política do ensino médio integrado (em tempo de reformas educacionais) e na percepção dos estudantes sobre ação educativa do acolhimento em uma organização educacional da rede dos Institutos Federais.

Com sustentação teórica e metodológica, gerou-se dados via documentos institucionais e via discurso da percepção estudantil. Com base no resultado constatou-se que os documentos norteadores do processo educativo e formativo da instituição pesquisada são lacunares e não convergentes entre si. São vazios em termos de uma representatividade de política educativa declaradamente explícita com proposituras, planejamento e ações para o acolhimento e integração estudantil (cf. Quadro 1). O que demonstra a contradição entre o que a instituição pesquisada propõe e o que relatam seus estudantes ingressantes sobre suas reais necessidades sócio educativas e sócio afetivas em uma roda de conversa dentro de uma experimentação de proposta de acolhimento discente (cf. Quadro 2).

No percurso deste estudo, tal como demonstrado em seu referencial teórico, metodológico e analítico, a pesquisa realizada centrou-se na pessoa humana, com foco na formação integral pautada na pedagogia do diálogo, da solidariedade e da justiça social, valorizando e respeitando o estudante em suas singularidades e necessidades ao adentrar o processo educativo e formativo em EPT. Processo esse não tranquilo, pois, a travessia do estudante antes e durante a etapa do ensino médio integrado requer da organização educacional e dos educadores revisão contínua do planejamento educacional e um acompanhamento atencioso do estudante para o sucesso de sua permanência e êxito nos estudos.

O estudo realizado suscitou a reflexão de que muito ainda precisa ser feito em termos de políticas educativas mais acolhedoras e integradoras do público discente dentro da EPT. Contudo, com vistas a alcançar metas nessa direção cabe à organização educacional proceder o diagnóstico e a adequação de sua política educativa às reais necessidades dos estudantes e não esses se adequarem a uma política educativa desprovida de instrumentos e de ações orientativas que atendam seus anseios e/ou expectativas.

Portanto, as práticas de acolhimento devem estar em constantes análises e construções participativas e coletivas, e que advenham, principalmente, da gestão escolar. Não eximindo a participação de todos os agentes educacionais, dos estudantes e dos documentos que norteiam o fazer pedagógico, tornando as ações e discussões políticas institucionalizadas.

Acolher é estar vigilante e a postos a todo momento, quando solicitado ou quando observar a necessidade. Os profissionais da educação devem estar atentos e prontos para acolher com planejamento das ações, com documentos que norteiam a prática, ou até mesmo sem planejamento, em momentos necessários à prática educativa, com um olhar humano de empatia e colaboração.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.

BOFF, L. **Saber cuidar: Ética do humano: compaixão pela terra**. 8 ed. São Paulo: Vozes, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm#art92. Acesso: 26 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf&Itemid=30192> . Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: MEC/SEB, 2018. < Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em maio de 2023.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n.1, p. 187-205, jan-abr 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>> Acesso em: 01 jul. 2022.

CIAVATTA, M.; O materialismo histórico e a pesquisa em educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 22, p. 1–15, e13896, Abr.2022.ISSN 2447-1801. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13869/e13896>> Acesso em 05 mai. 2023.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

DIAS, Karoline Silva; BRAZ FERREIRA GONTIJO, Simone; MATIAS, Juliana Parente. Acolhimento e pertencimento estudantil no ensino médio integrado. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1–13, 2022. DOI: 10.36732/riep. v4i1.95. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/95> . Acesso em: 20 fev. 2023.

FERREIRA, S. A. S. Estratégias de diálogo com o estranhamento no começo da vida universitária: políticas de acolhimento e permanência na Universidade Federal do Sul da Bahia. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 3, n. 2, p. 291–307, 2017. DOI: 10.22348/riesup. v3i2.7757. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650605>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo. Editora Cortez, 2005.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais em educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, L. C.; CESARO, H.L. O Ensino Médio Integrado no Instituto Federal Catarinense - Campus Ibirama: oportunidades e dificuldades na percepção de discentes ingressantes. V.4, N.4.Tocantins: **Revista Sítio Novo**, 2020. Disponível em: <https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/781>. Acesso em 05 de maio de 2023.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Edizione critica. Organização Gerratana. Turim: Einaudi, 1977. v. 4.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

IFTO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos da Educação Básica articulados com a Educação Profissional, presencial, do IFTO - ODP/IFTO**, Palmas-TO: IFTO, 2015. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/regulamentos/cursos-tecnicos/regulamento-odp-cursos-medio-tecnico-presenciais-ifto-2edicao.pdf/view>. Acesso em 11-02-2023.

IFTO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024)**, Palmas-TO: IFTO, 2019. Disponível em: <https://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi/pdi-ifto-2020-2024.pdf/view>. Acesso em 11-02-2023.

JOST, I. **Ingresso de jovens no ensino médio: práticas de acolhimento nos cursos técnicos integrados no IFFar Campus São Vicente do Sul -Jaguari**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Farroupilha – Jaguari. Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha. Disponível em <<https://www.iffarroupilha.edu.br/produtos-profept>>. Acesso em 01 de maio de 2023.

JOST, I.; RAVASIO. M.H. Ingresso de jovens no ensino médio integrado: experiências de acolhimento. In: MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza (org.). **A**

educação no Brasil e no mundo [recurso eletrônico]: avanços, limites e contradições 5. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (A Educação no Brasil e no Mundo. Avanços, Limites e Contradições; v. 5). Disponível em <<https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/a-educacao-no-brasil-e-no-mundo-avancos-limites-e-contradicoes-5-2>>. Acesso em 01 de maio de 2023

KUENZER, A.Z. (org.). **Ensino médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, 2017.

LEITE, S. A. S.; TASSONI, E. C. M. **A afetividade em sala de aula:** as condições de ensino e a mediação do professor. 2020. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/alle/textos/SASL-AAfetividadeemSaladeAula.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica.** São Paulo, SP: Moderna LTDA, 2011.

PACHECO, Fabiane do Amaral; NONENMACHER, Sandra Elisabet Bazana; CAMBRAIA, Adão Caron. Adoecimento mental na Educação Profissional e Tecnológica: o que pensam os estudantes concluintes de cursos técnico integrados. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.]**, v. 1, n. 18, p. e9173, 2020. DOI: 10.15628/rbept.2020.9173. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9173>. Acesso em: 12 jun. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277p.

RAMOS, M. N. Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, J., *et al.* **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

REIS, R. H. dos. **A constituição do sujeito político, epistemológico e amoroso na alfabetização de jovens e adultos.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2000.

SANTORO FRANCO, M. A. Práticas pedagógicas de acolhimento e inclusão: a perspectiva da pedagogia crítica. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 964–978, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10370. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10370>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D. de., E GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.1. 2009.

SAVIANI, D. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 22, p.E 1, 3666, mar. 2022. ISSN 2447-1801. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666/pdf>> Acesso em 20 mai. 2023

SCORSOLINI-COMIN, F.; GABRIEL, C. S. O que pode ser considerado inovador no ensino superior contemporâneo? Considerações sobre o acolhimento estudantil. **REVISTA DA SPAGESP**, v. 20(2), p.1-5, 2019. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v20n2/v20n2a01.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14. ed. Campinas/SP: Papirus, 2002.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e Linguagem**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008

WALLON, H. A psicologia genética. In: _____. **Psicologia e educação da infância**. Tradução de Ana Ra. Lisboa: Estampa, 1986.